



RESOLUÇÃO 004/2016

**APROVA O PROGRAMA CURRICULAR DO I
CURSO DE FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO
DE MEMBROS INGRESSANTES NA
CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO
ESTADO DO ACRE.**

**O CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO ACRE, no uso de suas atribuições legais, e**

CONSIDERANDO o disposto no art. 148, da LCE 291/2014,

RESOLVE:

Art. 1º APROVAR o Programa Curricular do I Curso de Formação e Capacitação de Membros Ingressantes na Carreira do Ministério Público do Estado do Acre, na forma prevista no Anexo I.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Rio Branco-AC, 31 de maio de 2016.

Oswaldo D´Albuquerque Lima Neto
Procurador-Geral de Justiça
Presidente do CSMPAC

Kátia Rejane de Araújo Rodrigues
Corregedora-Geral do MPAC

Giselle Mubarac Detoni
Procuradora de Justiça
Conselheira

Vanda Denir Milani Nogueira
Procuradora de Justiça
Conselheira



ANEXO I

PROGRAMA CURRICULAR PARA O I CURSO DE FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO DE MEMBROS INGRESSANTES NA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ACRE

1. APRESENTAÇÃO

O curso de Formação e Capacitação de membros ingressantes na carreira do Ministério Público está previsto no Art. 148 da Lei Complementar nº 291, de 29 de dezembro de 2014, voltado exclusivamente para promotor de Justiça em estágio probatório, constituindo-se em etapa obrigatória para o processo de vitaliciamento no cargo. O curso deve ser ministrado pelo Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (Ceaf).

A Resolução nº 013/2012, do Colégio de Procuradores de Justiça, regulamenta o referido curso, intitulado '**Curso de Formação e Capacitação de Membros Ingressantes na Carreira do Ministério Público**', organizado em duas fases; sendo a primeira com conteúdo voltado para o ingresso, totalizando 270 horas/aulas presenciais, e a segunda com conteúdo voltado para o vitaliciamento, com carga horária de 90 horas/aula, destinada à formação continuada. A fase I do curso está organizada por eixos temáticos, de forma a atender as finalidades estabelecidas no Art. 2º da Resolução 013/2012. Cada eixo temático compõe-se de disciplinas, explicitadas conforme as competências que se pretende desenvolver no sujeito que ensina e aprende.

O propósito de explorar os aspectos do desenvolvimento de competências conceituais (saber conhecer), procedimentais (saber fazer) e atitudinais (saber ser) foi inspirado na filosofia de uma visão transdisciplinar da educação, holística e complexa, do antropólogo, sociólogo e filósofo Edgar Morin, colhida do livro "**Os Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro**", publicado pela Unesco (2000), bem como, de "**Quatro Pilares da Educação Contemporânea**", formulado por Jacques Delors, em 1988, publicado pela Unesco com o título "**Educação: Um Tesouro a Descobrir**".



Além disso, respeitou-se, rigorosamente, as diretrizes educacionais estabelecidas pelo Ceaf, para a formação e capacitação de membros, a Lei Complementar nº 291/2014 e a Resolução nº 013/2012.

A estrutura curricular, organizada por eixos temáticos, disciplinas e competências, tem como vantagem a facilitação do processo de avaliação da aprendizagem, uma vez que é possível mensurar aspectos objetivos das competências relacionadas aos conhecimentos do saber e do fazer, bem como, estabelecer parâmetros subjetivos para avaliar aspectos relacionados ao comportamento do promotor de Justiça em estágio probatório.

Além disso, é possível perceber e adotar, em todas as disciplinas, os conteúdos transversais, que estão relacionados à formação humanista com maior proximidade e sensibilização à realidade social, à percepção da diversidade, complexidade e conflitos, que requerem medidas preventivas e resolutivas, visando minimizar a eclosão de lesões, principalmente no âmbito dos direitos metaindividuais.

Com essa estrutura e dinâmica de execução, pretende-se cumprir fielmente os princípios e condições para que o promotor de Justiça em estágio probatório tenha condições de exercer com segurança, competência e excelência as suas funções ministeriais e seja, de fato, um mediador da existência humana, fazendo dialogar aquilo que pode ser e aquilo que efetivamente é justo e digno para a reprodução social da humanidade.

A matriz curricular do curso, descrita no Anexo I, foi construída com a participação de outros colaboradores: os promotores de Justiça Leandro Portela, Vinícius Menandro e a Assessora Especial do PGJ, Antonia Francisca de Oliveira.

2. JUSTIFICATIVA

O **'Curso de Formação e Capacitação de Membros Ingressantes na Carreira do Ministério Público do Estado do Acre'** é etapa obrigatória para o efetivo ingresso na carreira, pois trata-se do processo de aprendizagem do



estágio probatório (ingresso e vitaliciamento), onde a capacidade intelectual/psíquica (capacidade cognitiva) e moral (relacional e cultural) são avaliadas, visando a uma perspectiva de desenvolvimento integral de suas capacidades. Além da condição técnica de atuar nos procedimentos judiciais e extrajudiciais, nas áreas cível, criminal e especializada, o membro é avaliado quanto ao seu protagonismo e liderança, frente ao trabalho realizado no âmbito da sua competência.

A Lei Complementar 291/2014 e a Resolução 013/2012 estabelecem as diretrizes, as quais são aqui detalhadas, de forma que o profissional educar e o profissional educando interajam proporcionando a melhor aprendizagem e prática pedagógica.

3. OBJETIVO GERAL

Desenvolver conhecimento e habilidades técnico-processuais vinculados à prática funcional e atitudes, visando cumprir os deveres e funções do cargo de promotor de Justiça.

4. ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DO CURSO

Órgão responsável: Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público do Estado do Acre (Ceaf).

Coordenadora do Curso: Procuradora de Justiça Patrícia de Amorim Rêgo (procurador de Justiça nomeado pelo procurador-geral de Justiça);

Subcoordenador do curso: Vinícius Menandro Evangelista de Souza (promotor de Justiça nomeado pelo procurador-geral de Justiça);

Coordenadora Executiva: Antonia Francisca de Oliveira (Assessora Especial da Procuradoria-Geral de Justiça).

Coordenação Pedagógica: Patrícia Silva de Andrade;

Carga horária: 360 horas/aula.

Local de realização: Ceaf, Anexo I da Sede do MPAC, em Rio Branco – Acre;



Período previsto para a Fase I, Etapa I: De 2 de junho de 2016 a 5 de agosto de 2016;

Média de hora/aula presencial: 3h/dia;

Início regular das aulas presenciais: 15h;

Encerramento regular das aulas presenciais: 18h;

Carga horária da Fase I: Primeira Etapa: 143 horas/aula. Segunda Etapa: 127 horas/aula, detalhada no Anexo I deste documento;

Carga horária da Fase II: 90 horas/aula, realizadas em atividades educativas à distância, cursos, oficinas, *workshop*, vivências, palestras, seminários, reuniões temáticas, minicursos e demais atividades educativas realizadas pelo Ceaf ou reconhecidas por ele, desde que estejam alinhados com os temas transversais e os eixos temáticos da Matriz Curricular, constante do Anexo I deste documento.

Compete à coordenação do curso:

- I – acompanhar a realização do curso e zelar pelo seu bom desenvolvimento;
- II – elaborar e ajustar a matriz curricular e adaptar a carga horária;
- III – organizar as atividades do curso;
- IV – definir critérios e acompanhar o processo de avaliação dos participantes;
- V – receber consultas dos participantes e decidir acerca de assuntos acadêmicos do curso;
- VI – apresentar relatório final do curso à Corregedoria Geral do MPAC.

Compete ao mediador do conhecimento:

- I – preparar plano de disciplina, conforme recomendações da coordenação do curso;
- II – acolher orientações pedagógicas da equipe pedagógica do Ceaf;
- III – cumprir horário de entrada e saída, bem como, a carga horária da disciplina;



IV – avaliar o desempenho do cursando, conforme os critérios estabelecidos no presente documento.

Compete à equipe pedagógica:

I – auxiliar o coordenador-geral do curso na elaboração do projeto curricular do curso;

II – orientar o mediador do conhecimento na elaboração do plano de disciplina;

III – acompanhar a realização do curso, prezando pela plena execução do programa;

IV – fazer cumprir as normas de execução do curso.

5. DIRETRIZES CURRICULARES

- Construção coletiva do conhecimento: aprender fazendo;
- Concepção pedagógica matricial e transversal dos temas e conteúdos curriculares;
- Flexibilidade da estrutura curricular;
- Foco na aprendizagem e na construção do conhecimento a partir dos saberes científico e empírico;
- Visão sistêmica da concepção normativa, da gestão institucional e da atuação ministerial;
- Compreensão dos vetores e fatores que ensejam em conflitos, ausência e negligência de cidadania;
- Valorização da formação humanista;
- Cumprimento da disciplina consciente, centrada nos princípios institucionais do MPAC;
- Conhecimento e domínio do conteúdo fundamental da atuação ministerial e a sua interface interdisciplinar e interinstitucional.

6. REFERÊNCIAS NORMATIVAS



- Constituição da República Federativa do Brasil, Art. 127;
- Lei Complementar nº 291/2014;
- Resolução do Colégio de Procuradores do MPAC, nº 013/2012.

7. FUNDAMENTO MORAL

O mundo experimenta um momento de grandes transformações. A abertura das fronteiras econômicas e a composição de um único mercado com plena liberdade econômica resultaram no aumento da riqueza global e aumentam, na mesma proporção, os conflitos sociais e uma divisão substantiva entre ricos e pobres. A violência e a criminalidade se acentuaram e, em grande medida, estão associadas a fatores socioeconômicos e culturais, advindos desse processo. A sociedade demanda cada vez mais serviços estatais e não estatais voltados para a qualidade de vida, especialmente aqueles balizados pelo senso de justiça, como o acesso a alguns bens e serviços que asseguram a reprodução social e aqueles que visam resguardar e proteger a integridade moral, física e o patrimônio.

O Ministério Público assume, nesse sentido, uma função primordial para a sociedade, na medida em que recai sobre o seu pilar, a função jurisdicional do Estado de defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (Art. 1º da Lei Complementar nº 291/2014).

Urge, para a sociedade como um todo, a necessidade de transformação/modernização dos órgãos executores de políticas públicas e daqueles que fiscalizam a sua realização. Instrumentos públicos mais acessíveis, com maior proximidade e mais resolutivos. Nesse contexto, ao membro do Ministério Público, é exigida uma postura de líder, do sempre autor de uma 'nova história' na comunidade em que atua.



A presente proposta está alinhada aos princípios que regem o exercício da função, entre os quais se destacam a idoneidade moral, o zelo funcional, a disciplina e a eficiência e, considera como fundamental, o respeito dos educandos aos critérios que o tornarão habilitados para o curso de Formação e conseqüentemente para desenvolvimento profissional, estabelecidos na Resolução 013/2012, quais sejam:

I – assiduidade, pontualidade, urbanidade, espírito de equipe e cooperação;

II – efetiva participação nas atividades do curso.

8. DIRETRIZES PEDAGÓGICAS

O desafio de formação e capacitação do membro do Ministério Público, a contar pela complexidade dos problemas e pela qualidade do trabalho exigida pelo cidadão, requer a composição de um novo currículo, ainda que o desenho pedagógico e os recursos didáticos sejam os tradicionalmente utilizados, com novos recortes. O novo currículo deve modelar a formação do sujeito e agente social promotor de mudanças positivas efetivas da vida em sociedade. A Resolução nº 013/2012 enfatiza um olhar humanista e com sensibilização para a realidade social. Além disso, destaca o propósito preventivo e resolutivo de conflitos, o que exige do profissional uma visão ampla, que permita ao sujeito refletir e experienciar a ambiência prática do ensino-aprendizagem, que já não é mais descolado. O Art. 9º da Resolução estabelece que o projeto pedagógico deve ser transdisciplinar, com ênfase na prática. Para tanto, deve-se criar um ambiente dialético (ação, reflexão, ação). Nesse sentido, cabe ao promotor de Justiça em estágio probatório, compreender a unidade complexa da natureza humana e suas interfaces com as especificidades da função.



A Matriz Curricular foi estruturada por Eixos Temáticos, Disciplinas e Competências necessários para a atuação do promotor de Justiça. Dessa forma, estabelece-se como competências:

- **Competências conceituais (saber conhecer):** referem-se à capacidade do indivíduo desenvolver o pensamento, buscar os conhecimentos e organizar os saberes. Habilita o indivíduo a pensar de forma crítica e criativa, posicionar-se e estar consciente de suas ações.
- **Competências procedimentais (saber fazer):** permitem a aplicação do conhecimento teórico em prática responsável, refletida e consciente. Estimula o indivíduo a saber fazer com eficácia, eficiência e efetividade suas atividades cotidianas.

Competências atitudinais (saber ser): referem-se ao comportamento humano e sua interrelação com as pessoas e com o meio ambiente. Está intimamente relacionada ao desenvolvimento das potencialidades individuais, do capital humano e social.

A matriz curricular está estruturada da seguinte forma:

Fase I: Formação e Capacitação para Ingresso, totalizando 270 horas/aulas presenciais, ou seja, 75% do total das 360 horas/aula do curso, dividida em duas etapas.

Fase II: Formação e capacitação para o Vitaliciamento, que corresponde a 90 horas/aula (25% do total da carga horária).

Na Fase I, a Matriz Curricular está organizada conforme a seguir:

- **Temas transversais:** serve de referencial para todas as disciplinas do curso.



- **Áreas temáticas:** São referenciais que conjugam os itens de finalidade previstos na Resolução nº 013/2012, bem como, representa um agregado do conteúdo mínimo, previsto na mesma Resolução:

I - Estado, Sociedade, Políticas Públicas e o MPAC: aborda aspectos relacionados ao processo de formação histórico-cultural do Acre, bem como, às variáveis socioeconômicas e ambientais que, em muito, apontam para situações de conflitos e crises no âmbito da sociedade. Esse eixo está estruturado em 7 disciplinas, que totalizam 37 horas/aula, correspondendo a 14% das 270 horas/aula previstas para a fase de ingresso, onde as aulas são presenciais;

II - Estrutura, Organização e Funcionamento do MPAC: apresenta a estrutura orgânica e as regras de funcionamento da Administração Superior, dos setores administrativos, de controle, órgãos de apoio ministerial e técnico-científico, além da Associação de Classe dos membros do MPAC. Esse eixo agrega 10 disciplinas, totalizando 21 horas/aula, o que corresponde a 8% do total da carga horária prevista para a Fase I do curso;

III – Ética e deontologia do MPAC: trata dos aspectos relacionados à conduta pessoal e profissional dos membros do MPAC. Além disso, destaca o cuidado com a saúde no trabalho, segurança orgânica, pessoal e autoproteção. Esse eixo estrutura 4 disciplinas, totalizando 13 horas/aula, o que corresponde a 5% do conteúdo programático para a Fase I do curso.

IV – Atuação Funcional do MPAC: refere-se a todas as principais áreas e formas de atuação da instituição. Esse eixo está organizado em 21 disciplinas, que totalizam 188 horas/aula,



correspondendo a 70% do total da carga horária prevista para a Fase I do curso.

Já a **Fase II**, que trata do vitaliciamento do promotor de Justiça em estágio probatório, será realizada, em parte, na modalidade de ensino à distância, conforme estabelece a Resolução 013/2012 e, por meio de atividades educativo/formativas realizadas pelo Ceaf ou por outros órgãos, desde que a atividade tenha relação e interface com os temas transversais e os eixos temáticos e ainda seja reconhecido pelo órgão responsável pela formação e capacitação de membros do MPAC.

9. RECURSOS PEDAGÓGICOS

9.1 Metodologia de ensino e aprendizagem

A metodologia obedece aos princípios da construção do conhecimento, da ação-reflexão-ação, inspirado na formulação do método desenvolvido por Paulo Freire, onde o conhecimento é aprendido pela compreensão da realidade que se pretende intervir e pela autonomia da aprendizagem, onde os saberes científico e empírico se complementam, assim como o mesmo é compartilhado entre educador (mediador do conhecimento) e o educando (promotor de Justiça em estágio probatório).

Dessa forma, as diretrizes previstas na resolução 013/2012 serão devidamente aplicadas, onde prevê que a capacitação será reflexiva, transdisciplinar e experiencial, com ênfase na prática, sendo executado em ambiente dialético, em atenção à complexidade que permeia a atuação profissional, com sólido perfil ético e humanista (Art. 9º). Nesse sentido, a opção pelas formulações inspiradoras de Edgar Morin (saber complexo) e de Jacques Delors (pilares da educação contemporânea), justificam a necessidade de adoção das seguintes técnicas de ensino-aprendizagem:



aula expositiva, demonstração, estudo dirigido, trabalho em grupo, excursão, pesquisa bibliográfica, pesquisa de campo, entrevista, palestras, debates, seminários, estudo de caso, oficinas, exercícios e tarefas extrassala de aula, *workshop*, reuniões temáticas, minicursos, visitas, elaboração de peças processuais, participação em audiências e plenários do tribunal do júri, atendimento ao público e outros eventos.

Ao final, além de saber atuar na função específica de promotor de Justiça, o aluno deverá ter condições de escrever um artigo científico, com tema relacionado a qualquer área de atuação do membro do MPAC, o qual será avaliado e comporá a Avaliação de Desempenho (AD).

9.2 Artigo Científico

O artigo científico deverá ter como tema, conteúdos relacionado à atuação do Promotor de Justiça, conforme os eixos temáticos e temas transversais da Matriz Curricular para o I Curso de Formação e Capacitação de Membros Ingressantes na Carreira do Ministério Público do Estado do Acre. O Ceaf comporá uma banca de avaliadores formada por profissionais, mediadores do conhecimento, que atuaram no processo de capacitação e formação. O artigo científico deverá obedecer aos padrões da Associação Brasileira de Normas Técnica (ABNT). O artigo científico terá nota de 0 (zero) a 10 (dez) e comporá a média final do cursando.

9.3 Metodologia de Avaliação de Desempenho

A avaliação de desempenho ocorrerá no decorrer do curso, programada previamente, em processos distintos e concomitantes das avaliações:

- a) **Objetivas** – referem-se às medições quantitativas, que estão espelhadas nas competências conceituais e procedimentais;



- b) Subjetivas – são medidas por meio de conceitos, espelhadas nas competências atitudinais, conforme as escalas numéricas - de 0 a 5, conceito insuficiente; de 6 a 8, bom; de 9 a 10, ótimo.

A avaliação objetiva será feita da seguinte forma:

I – Pela frequência: o aluno deve participar de, no mínimo, 288 horas/aula, do total de 360 horas/aula, o que corresponde ao índice de 80% de frequência. Diariamente, o aluno terá de assinar ficha de frequência, no início e no encerramento da aula presencial.

II – Pela participação efetiva nas atividades acadêmicas: essa avaliação será feita pelo mediador do conhecimento, o qual pode recorrer a uma **avaliação diagnóstica**, que identifica o grau de conhecimento que o aluno possui sobre o assunto e, dessa forma, ele é levado a aprofundar os conhecimentos; **dialógica**, quando o aluno é avaliado pela sua participação, integração e construção do saber no processo de aprendizagem e os participantes (aluno e mediador do conhecimento) são levados a questões desafiadoras de investigação e problematização de assuntos, proporcionando a construção ativa do saber; **processual**, quando a avaliação se realiza de forma natural e contínua, por meio da observação e da análise de desempenho do aluno.

A avaliação pela participação efetiva nas atividades acadêmicas, quando totalizadas individualmente por disciplina, deve apresentar índice mínimo de 70%. Os valores atribuídos para a totalização das notas são valores numéricos absolutos, com variação de **0 (zero) a 10 (dez)**, com aproximação até o centésimo.

A Avaliação de Desempenho (**AD**) será feita da seguinte forma:

$$AD = \frac{\sum VA + CD + AC}{\text{Número de Verificações da Aprendizagem (VA)}}$$

Número de Verificações da Aprendizagem (VA)



ΣVA = média aritmética da Verificação da Aprendizagem (VA). A Verificação da Aprendizagem (VA) refere-se às notas atribuídas a cada disciplina.

CD = Conceito Disciplinar, refere-se à verificação do comportamento do cursando, por meio de conceitos (insuficiente, bom e ótimo, descritos acima);

AC = Artigo Científico, avaliado, conforme a qualidade e atendimento dos critérios científicos, estabelecidos neste Programa.

Número de verificações da Aprendizagem = refere-se à quantidade de Verificações da Aprendizagem (**VA**), realizadas no curso.

A quantidade de Verificações da Aprendizagem (**VA**) será proporcional à quantidade de disciplinas realizadas na Fase I do curso, referente às aulas presenciais. Em cada eixo temático, a Coordenação-Geral do Curso elegerá uma quantidade correspondente ao percentual de, no mínimo, 30% do total de

disciplinas, conforme critérios estabelecidos e publicados previamente pelo Ceaf.

A ausência deve ser devidamente justificada e estará sujeita à análise do coordenador-geral do curso e da Corregedoria Geral. Em caso de ausência justificada, o cursista deverá suprir a falta, realizando atividades propostas pelo coordenador do curso, sendo comunicada a respectiva regularização (ou pendência) à Corregedoria Geral do MPAC.

O cursista que utilizar meios fraudulentos na realização de qualquer avaliação, especialmente na elaboração do artigo científico, terá nota 0 (zero) na disciplina avaliada e será submetido a punições disciplinares pela Corregedoria Geral.



O cursista que julgar-se prejudicado no processo de Avaliação da Aprendizagem, visto que a avaliação será feita pelo mediador do conhecimento, poderá requerer revisão da avaliação à Coordenação Geral, dentro do prazo de 2 dias, justificando os motivos.

Ao final, será feita a classificação dos cursistas, com base na avaliação de desempenho, em ordem decrescente.



MATRIZ CURRICULAR PARA O I CURSO DE FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO DE MEMBROS INGRESSANTES NA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ACRE							
FASE I: INGRESSO							
EIXOS TEMÁTICOS	DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA (h)			COMPETÊNCIAS		
		1ª Etapa	2ª Etapa	Total	Conceituais (saber - conhecer)	Procedimentais (saber - fazer)	Atitudinais (saber - ser)
ESTADO, SOCIEDADE, POLÍTICAS PÚBLICAS E O MPAC	FORMAÇÃO HISTÓRICA DO ACRE	2		2	Conhecer o processo histórico-cultural de formação da sociedade acreana e sua dinâmica de ocupação.	Atender o cidadão e mediar conflitos compreendendo os contextos históricos.	Reconhecer os valores e respeitar o modo peculiar de vida das populações tradicionais da floresta e da cidade acreanas
	ASPECTOS GEOAMBIENTAIS DO ACRE	2		2	Conhecer o Acre pelos seus aspectos naturais e sociais (demografia, geografia, cobertura florestal, mapa de uso da terra, entre outros)	Utilizar os conhecimentos do Zoneamento ecológico e Econômico (ZEE) e outros instrumentos de ordenamento territorial local e regional, como ferramenta de gestão do território, inclusive como vetor de identificação de conflitos em potencial.	Assumir compromissos com as ações que reforçam a defesa do Estado de Direito; Reconhecer aspectos de valor simbólico e do imaginário das populações tradicionais habitantes da cidade e da floresta.
	ATUAÇÃO INTEGRADA DO MPAC (visitas institucionais)	4	4	8	Conhecer a estrutura e o funcionamento do sistema prisional do Acre - Unidade Francisco D'Oliveira Conde; Conhecer a estrutura e o funcionamento do Sistema Socioeducativo; Conhecer o sistema de inteligência da Segurança Pública do Acre e seus instrumentos de trabalho (guardião); Conhecer a atuação da polícia judiciária e suas áreas técnicas (perícia); Conhecer a estrutura e o funcionamento da Polícia Militar do Acre; Conhecer a rotina do sistema de Justiça (TJAC); Conhecer a atuação do Ministério Público Federal e Polícia Federal no Acre; Visita à Ordem dos Advogados do Brasil/Acre.	Atuar em plena articulação com os executores das políticas públicas e demais poderes.	Cumprir as funções de controle, fiscalização e prevenção, conforme as diretrizes legais atribuídas ao MPAC; Respeitar a autonomia dos poderes e instituições; Dedicação e exatidão no cumprimento dos deveres e funções do cargo, de forma a responder às expectativas das demais partes envolvidas na promoção da justiça.
	ESTADO E POLÍTICAS PÚBLICAS	2	2	4	Conhecer a estrutura e o funcionamento das políticas de saúde, educação e assistência social, meio ambiente e segurança pública.	Saber, de forma técnica, reconhecer rupturas e gargalos que impedem a efetividade das políticas públicas; Atuar de forma integrada, visando alcançar níveis de resolutividade no sistema	Intervir de forma proativa e responsável na qualidade de vida da população; Reconhecer a importância da atuação extrajudicial como instrumento viável e dinâmico.
	CIDADÃO E CIDADANIA: MPAC E O RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	1	1	2	Conhecer as características e condições socioeconômicas do Acre, considerando o cidadão, os movimentos sociais e as suas entidades representativas (associações, conselhos e outros)	Saber atuar com subsídios técnico-científicos nas intervenções extrajudiciais; Saber propor e participar de programas e projetos do MPAC que visam à aproximação da Instituição com a sociedade.	Considerar os impactos sociais e econômicos das ações ministeriais; Responsabilizar-se e comprometer-se com a mudança e melhoria sócioeconômica do seu local de atuação; Integração comunitária no que estiver afeto às atribuições do cargo.
	TRATAMENTO ADEQUADO DE CONFLITOS NO ÂMBITO DO MPAC	4		4	Conhecer conceitos, técnicas e abordagens de mediação e negociação em situação de conflito.	Atuar com justiça restaurativa e formas alternativas de resolução de conflitos; Atuar com técnicas de autocompositivas e resolução de conflitos.	Fortalecer a cultura de paz, reforçando a ação humanista e os princípios dos direitos humanos.
	MANEJO DE CONFLITOS			15	Conhecer os processos legítimos de manejo de conflitos baseado nos princípios do direito da cidadania; Conhecer os aspectos do desenvolvimento e conservação que ensejam em conflitos reais e potenciais.	Saber identificar causas, interesses e atores envolvidos nos conflitos; Saber utilizar técnicas e ferramentas eficazes de mediação de conflitos sócioambientais; Saber atuar em cenários de crises e conflitos.	Desenvolver o autocontrole emocional; Atuar com atores sociais reconhecendo os sentimentos de pertencimento.
	7 DISCIPLINAS	15	22	37		14%	2 disciplinas para Verificação da Aprendizagem (VA)





ESTRUTURA, ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO MPAC	ESTRUTURA FUNCIONAL DO MPAC: CONQUISTAS E DESAFIOS	1		1	<p>Conhecer a estrutura orgânica e o funcionamento administrativo, dos órgãos de apoio e execução do MPAC, com seus fluxos gerenciais integrados;</p> <p>Conhecer Atos Normativos do PGJ que definem procedimentos administrativos e gerenciais, os quais influenciam a atuação administrativa do membro.</p>	<p>Saber direcionar corretamente as suas demandas institucionais, bem como alinhar a sua atuação às rotinas institucionais;</p> <p>Saber atuar conforme o que estabelece a Constituição Federal e o previsto no Capítulo IV, da Lei Complementar nº 291/2014.</p>	<p>Preservar e fazer dos princípios excelsos (unidade, indivisibilidade e independência funcional, a razão de ser do cumprimento de suas funções);</p> <p>Cumprir com zelo e respeito as rotinas institucionais;</p> <p>Contribuir com a melhoria dos serviços da instituição e da Promotoria de Justiça.</p>
	PLANEJAMENTO E GESTÃO ESTRATÉGICA DO MPAC	2	4	6	<p>Conhecer a identidade organizacional, objetivos estratégicos e iniciativas estratégicas do MPAC, pautados na maturação institucional - descritas em 4 fases distintas;</p> <p>Conhecer os programas e projetos estratégicos e a cultura de gestão de resultado para 2016 e 2017.</p>	<p>Saber atuar conforme os rituais e ferramentas da gestão estratégica, tática e operacional;</p> <p>Saber estabelecer estratégias e ações de alto impacto social e mensurar resultados.</p>	<p>Efetivar uma cultura de atuação integrada e voltada para a sociedade, conhecendo os limites e as oportunidades.</p>
	GESTÃO DE PROMOTORIAS DE JUSTIÇA	2	2	4	<p>Conhecer as rotinas da Promotoria de Justiça, numa visão de fluxo contínuo e integrado com os ambientes interno e externo, social e institucional, marcadamente pelas influências nas decisões dos poderes;</p> <p>Saber interrelacionar as ciências jurídicas às ciências da natureza e às ciências sociais.</p>	<p>Saber estabelecer prioridades e mensuração de produtividade e ganho;</p> <p>Estabelecer um bom relacionamento com autoridades e prestar atendimento ao público conforme as diretrizes da Política de Atendimento do Público do MPAC.</p>	<p>Executar os serviços com excelência.</p>
	ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR DO MPAC	2		2	<p>Conhecer as atribuições e as rotinas de funcionamento da PGJ e Secretaria Geral do MPAC;</p> <p>Conhecer as atribuições e as rotinas de funcionamento do Colégio de Procuradores de Justiça e do Conselho Superior do MPAC;</p> <p>Conhecer as atribuições e as rotinas de funcionamentos da PGJUR;</p> <p>Conhecer as atribuições e as rotinas de funcionamentos da PGJUR;</p> <p>Conhecer as atribuições e as rotinas de funcionamentos da PGAAA.</p>	<p>Saber direcionar corretamente as demandas institucionais, bem como, alinhar a sua atuação ministerial às rotinas institucionais.</p>	<p>Atuar conforme as diretrizes e normas funcionais da instituição.</p>
	ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DA OUVIDORIA GERAL DO MPAC	1		1	<p>Conhecer a estrutura e o funcionamento da Ouvidoria-Geral, bem como as perspectivas institucionais de participação social;</p> <p>Visualizar as principais demandas sociais, via esse canal de comunicação com a população, bem como, os seus desdobramentos.</p>	<p>Saber como funciona o acesso do cidadão à Justiça e ao MPAC, mediante a Ouvidoria Geral.</p>	<p>Considerar efetivamente a opinião do cidadão na tomada de decisão.</p>
	ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DA COORDENADORIA DE RECURSOS	1		1	<p>Conhecer as rotinas institucionais da Coordenadoria de Recursos.</p>	<p>Saber executar as rotinas judiciais.</p>	<p>Atuar em plena harmonia com os setores do MPAC e com os poderes.</p>
	ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DO NÚCLEO DE APOIO ESPECIALIZADO DO MPAC (NAT)	3		3	<p>Conhecer as rotinas de funcionamento dos setores de inteligência, operacionais, técnico-científico;</p> <p>Conhecer o funcionamento do Laboratório de Tecnologia contra Lavagem de Dinheiro (LAB-LD);</p> <p>Conhecer o Observatório de Análise Criminal e demais bancos de dados integrados.</p>	<p>Saber requisitar serviços técnico-científicos e avaliar a qualidade do serviço prestado;</p> <p>Saber manusear dados, informações e conhecimentos de análise criminal e inteligência;</p> <p>Saber atuar com dados e informações em processos investigativos de crimes de natureza econômica ou outras formas de lavagem de dinheiro;</p> <p>Saber criar estratégias de atuação integrada fazendo uso do aparato tecnológico e de profissionais especializados, disponíveis pelo MPAC e demais órgãos parceiros.</p>	<p>Atuar de forma profissional, por meio de subsídios técnico-científicos, fazendo uso de dados, informações e conhecimento.</p>
	ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DOS CENTROS DE APOIO OPERACIONAIS - CAOPs	1		1	<p>Conhecer a estrutura e o funcionamento dos Centros de Apoio CAOPs;</p> <p>Conhecer as diversas formas de apoio técnico para uma atuação estruturante e integrada com outras áreas e setores do MPAC.</p>	<p>Atuar de forma integrada, com base em estratégias de alto impacto da ação do MPAC, mediada pelos Centros de Apoio do MPAC.</p>	<p>Otimizar recursos e esforços, visando abenefícios sociais de alto impacto;</p> <p>Desenvolver espírito de equipe.</p>
	ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DO CENTRO DE ESTUDOS E APERFEIÇOAMENTO DO MPAC - CEAF	1		1	<p>Conhecer a estrutura e o funcionamento do Ceaf;</p> <p>Conhecer o programa curricular do Curso de Preparação e Aperfeiçoamento para ingresso e vitaliciamento de membros do MPAC.</p>	<p>Ter visão global do curso, das regras de funcionamento e avaliação.</p>	<p>Respeitar o programa e suas regras.</p>
	ASSOCIAÇÃO DOS MEMBROS DO MINISTÉRIO PÚBLICO	1		1	<p>Conhecer os benefícios de ser associado.</p>	<p>Experimentar as vantagens de uma organização de "classe".</p>	<p>Desenvolver espírito de equipe.</p>
10 DISCIPLINAS	15	6	21	8%	3 disciplinas para a Verificação da Aprendizagem (VA)		



ÉTICA E DEONTOLOGIA DO MPAC	O PAPEL DA CORREGEDORIA GERAL NO PROCESSO DE INGRESSO E VITALIAMENTO DOS MEMBROS DO MPAC	2		2	<p>Conhecer as funções e atribuições da Corregedoria Geral no processo de vitaliciamento do membro;</p> <p>Conhecer o Regulamento do Estágio Probatório;</p> <p>Conhecer os promotores corregedores.</p>	<p>Adotar práticas que não violem os critérios objetivos e subjetivos da avaliação do vitaliciamento.</p>	<p>Ter conduta conforme o que estabelece a Lei Orgânica do MPAC (Lei Complementar nº 291/2014) e demais diretrizes da instituição;</p> <p>Reconhecer como princípios norteadores da carreira, além dos previstos em lei, as atitudes resultantes de manifestações de idoneidade moral, sei funcional, eficácia, eficiência e efetividade das iniciativas do promotor de Justiça.</p>
	ÉTICA E DEONTOLOGIA DO MPAC	2		2	<p>Conhecer os princípios que regem a carreira do membro do MPAC.</p>	<p>Saber conduzir o trabalho, conforme a ética, os princípios e valores morais da instituição</p>	<p>Preservar e fazer dos princípios excelsos (unidade, indivisibilidade e independência funcional), a razão de ser do cumprimento de suas funções;</p> <p>Ter idoneidade moral, no âmbito pessoal e profissional e familiar;</p> <p>Conduta pública e particular compatíveis com a dignidade do cargo;</p> <p>Atuar de forma íntegra e coerente.</p>
	SAÚDE E COMPORTAMENTO	2	2	4	<p>Conhecer os sintomas de stress e demais sinais psíquicos e emocionais decorrentes do trabalho em excesso, os quais afetam o comportamento do indivíduo;</p> <p>Conhecer perfis de liderança.</p>	<p>Saber cuidar da saúde física, psíquica e emocional;</p> <p>Desenvolver habilidades de líder moderno;</p> <p>Desenvolver inteligência emocional e um saudável relacionamento interpessoal no local de trabalho.</p>	<p>Aperfeiçoar a inteligência emocional e consciencial;</p> <p>Ter espírito de equipe.</p>
	SEGURANÇA ORGÂNICA, PESSOAL E AUTOPROTEÇÃO	1	4	5	<p>Conhecer a estrutura de segurança disponível pela a instituição, bem como, as técnicas de segurança pessoal e autoproteção.</p>	<p>Adotar técnicas de segurança institucional e pessoal;</p> <p>Saber usar técnicas de defesa pessoal.</p>	<p>Saber proteger-se.</p>
	4 DISCIPLINAS	7	6	13		5%	1 disciplina para Verificação da Aprendizagem





SISTEMA DE AUTOMAÇÃO JUDICIAL - SAJMPAC	40	40	Conhecer os módulos de funcionamento do SAJ; Conhecer a tabela Taxonomica nacional.	Saber executar todos os procedimentos judiciais e extrajudiciais de forma digital, por meio do SAJ;	Zelar pela informação confiável, segundo todos os trâmites processuais no prazo.	
	2	2	SAJ como instrumento de atuação ministerial e suporte de gestão da Promotoria de Justiça	Saber usar as informações judiciais e extrajudiciais de forma a tornar o trabalho eficaz, eficiente e efetivo.	Apropriar-se do instrumento de trabalho, como facilitar da rotina ministerial.	
ATAÇÃO DO MPAC NA ÁREA CRIMINAL	12	9	21	Atuar no processo criminal, recursos e prequestionamento; Conhecer técnicas e métodos para a realização de mutirão de inquirições.	Atuar judicial e extrajudicialmente; Adotar a estratégia do projeto "Mutirão de Inquirições Policiais", como forma eficaz de trabalho.	Atuar conforme estabelecido o Capítulo IV da Lei Complementar nº 201/2014; Conciliar o tempo da persecução penal com o tempo de urgência da vítima, visando contribuir para a satisfação de justiça.
PERÍCIA CRIMINAL E SUA IMPORTÂNCIA PARA A ATUAÇÃO DO MEMBRO DO MPAC	2	2	4	Conhecer aspectos da ciência forense e casos concretos de elucidação de crimes, por meio de provas técnico-científicas; Conhecer os procedimentos para a realização de investigação de cena do crime e perícia forense.	Reconhecer a qualidade das perícias realizadas criticas e científicas dos locais onde ocorrem os crimes).	Guardar sigilo e rigor na gestão dos prazos; Ser parcioso na elucidação dos crimes.
ATAÇÃO DO MPAC NO COMBATE À IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E À CORRUPÇÃO	9	3	12	Conhecer a atuação do MP na área de improbidade administrativa e combate à corrupção; Conhecer estratégias e casos concretos de sucesso no combate à improbidade administrativa e a corrupção.	Saber atuar proativamente no combate aos crimes contra a administração pública, na defesa e do patrimônio público e combate aos crimes contra a ordem tributária e contra os crimes fiscais; Saber atuar estrategicamente no combate aos crimes praticados por agentes públicos municipais.	Ter zelo pela coisa pública e viabilizar a recuperação de ativos.
ATAÇÃO DO MPAC NO COMBATE AO CRIME ORGANIZADO	15	15	15	Conhecer aspectos relevantes sobre a criminalidade organizada, corrupção e lavagem de dinheiro; Conhecer casos concretos de crimes de lavagem de dinheiro, máfia e fraude à licitação pública;	Atuar proativamente no combate ao crime organizado, adotando estratégias de prevenção, estudos técnico-científicos e de investigação, com suporte de recursos tecnológicos; Saber instaurar procedimento investigatório criminal.	Guardar sigilo e rigor na gestão dos prazos; Desenvolver fatos que contribuam com a educação de autoproteção da população.
ATAÇÃO DO MPAC NO CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE POLICIAL E NA GARANTIA DO DIREITO DEFIÇO DA SOCIEDADE A SEGURANÇA PÚBLICA	2	4	6	Conhecer técnicas que visam manter a regularidade e a adequação dos procedimentos empregados na execução da atividade policial; Conhecer o fluxo regular de persecução penal e a integração do MPAC e as polícias; Conhecer os benefícios da atuação para assegurar as garantias e os direitos fundamentais de cidadania e dignidade humana; Conhecer casos concretos de ações efetivas.	Saber adotar metodologias, métodos, técnicas e ferramentas de prevenção à criminalidade, visando adotar o melhor controle das políticas públicas de segurança; Saber estabelecer as melhores iniciativas de prevenção e controle de irregularidades, legalidade e abuso de poder relacionado a investigação criminal, oportunidade no exercício da atividade policial, preservação da ordem pública, da incolumidade e do patrimônio público; Criar mecanismos de monitoramento das ações de criminalidade, visando exercer, de forma ágil, a fiscalização da segurança pública.	Garantir a integração do MPAC às atividades de polícia, voltadas para a persecução penal e o interesse público.
ATAÇÃO DO MPAC NO COMBATE À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA MULHER	2	2	4	Conhecer casos e situações concretos de prevenção de repressões de crimes de violência doméstica e familiar contra a mulher, bem como, de feminicídios.	Saber adotar estratégias de intervenção judicial e extrajudicial que visem a melhoria da condição de saúde física, mental e emocional da mulher vítima; Adotar o projeto "Mutirão de Inquirições" como instrumento de trabalho.	Reconhecer a violência praticada contra a mulher, no âmbito familiar, como uma violência de gênero e, hora do far, quando ainda tenha efeitos nefastos, como uma violação do direito à vida e à dignidade humana.
ATAÇÃO DO MPAC NA DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	3	9	12	Conhecer a situação e os desafios do promotor de Justiça da defesa dos direitos de criança e adolescente e a Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente;	Atuar em procedimentos de apuração infracional, execução de medidas socioeducativas e desafios para a implementação do SISRA e crimes contra a criança e o adolescente; Adotar Observatório da Criança e Adolescente como instrumento de controle a prevenção no âmbito das políticas públicas.	Ter a criança e o adolescente como prioridade absoluta.
ATAÇÃO DO MPAC NA DEFESA DO MEIO AMBIENTE, PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL	3	2	5	Conhecer casos concretos de violação ao meio ambiente, danos ambientais, agentes poluidores e reparação de danos; Conhecer casos concretos de violação e recomposição do patrimônio cultural e natural e dos bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico onde quer que esses bens sofram risco ou dano.	Saber atuar no âmbito do Programa Cidades Sempre do MPAC; Saber adotar medidas preventivas e de combate aos danos ao patrimônio histórico e cultural.	Ser responsável pela mudança de atitude que promovam o conservação e a preservação ambiental, o reconhecimento da identidade histórica e cultural e pelo correto uso dos recursos naturais.
ATAÇÃO DO MPAC NA DEFESA DA ORDEM URBANÍSTICA	2	2	2	Conhecer processo histórico de urbanização das cidades emancipadas e sua relação com a cultura local; Conhecer as políticas de ordem urbanística no contexto das cidades do Acre; Conhecer casos concretos de ordem e decorum urbano e sua correlação com a cidadania.	Saber atuar em defesa da ordem urbanística; Saber adotar intervenções judiciais e extrajudiciais para o controle da ordem urbanística.	Atuar proativamente nas questões da cidadania urbana.
ATAÇÃO DO MPAC NA DEFESA DOS DIREITOS DO IDOSO E DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA	2	2	4	Conhecer aspectos relevantes no tratamento do idoso e de pessoas com deficiência, em face de condições especiais e de legislação que lhes amparem; Conhecer casos concretos de violação ao direito do idoso e de pessoas com deficiência.	Saber mapear e atuar no âmbito das redes de atendimento ao idoso e a pessoas com deficiências nos municípios; Saber reconhecer riscos sociais que implicam em medidas preventivas.	Ser um defensor dos direitos trans individuais de idosos e de pessoas com deficiência.
ATAÇÃO DO MPAC NA DEFESA DA SAÚDE PÚBLICA	15	0	15	Compreender o Sistema Único de Saúde (SUS) como sistema lógico, hierarquizado e regionalizado; Compreender o significado das práticas de universalidade e integralidade e a (des)construção do senso comum; Compreender os desafios da política pública e da "judicialização".	Analisar o orçamento como instrumento de gestão da política pública tendente a universalização e a integralidade; Indagar e criticar se a padronização de medicamentos promove ou restringe o acesso à saúde; Praticar de inspeção e fiscalização em estabelecimentos de saúde.	Ter um elo na execução eficaz, eficiente e efetiva do Sistema Único de Saúde.
ATAÇÃO DO MPAC NA DEFESA DAS FUNDAÇÕES E ENTIDADES DE INTERESSE SOCIAL	1	1	2	Conhecer casos concretos de intervenção das entidades de interesse social.	Saber atuar de forma proativa na defesa do uso correto dos recursos, especialmente nos de origem dos cofres públicos, destinados ao funcionamento das fundações e entidades de interesse social, conforme as definições de seus estatutos.	Velar pelas fundações.
ATAÇÃO DO MPAC NA DEFESA DAS RELAÇÕES DE CONSUMO	2	4	6	Conhecer casos concretos de violação dos direitos do consumidor, nas situações em que há interesses coletivos e difusos, em aspectos que abrangem risco de lesão e comprometimento da saúde.	Saber atuar proativamente em práticas desleais ou coercitivas que furem os direitos do consumidor, o equilíbrio e a harmonia do mercado.	Zelar pelas relações justas de mercado.
ATAÇÃO DO MPAC NA DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS	2	2	4	Conhecer casos concretos de situações de violação dos interesses difusos, coletivos, individuais homogêneos e individuais.	Saber atuar com prevenção e repressão a penas, torturas e outros tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes; Saber atuar com prevenção e combate à violência de gênero e orientação sexual; proteção de vítimas, testemunhas e defensoras de direitos humanos; amparo de morte e preservação dos direitos das gestantes em situação de especial vulnerabilidade, como aquelas em situação de rua.	Atuar na defesa da dignidade humana, reconhecendo os tratados e legislações nacionais e internacionais.
ATAÇÃO DO MPAC NA DEFESA DO DIREITO DE PROPRIEDADE E NA MEDIÇÃO DE CONFLITOS AGRÁRIOS	4	4	4	Conhecer casos concretos de crimes de furto fundiário e coletivo pela posse da terra rural/fundiária.	Saber atuar de forma integrada com outras áreas de intervenção do MPAC, tais como meio ambiente, direitos humanos e criança e adolescente, quando da prática de trabalho escrito rural e outras áreas criminais, especialmente quando os conflitos ocorrem em regime de fronteira.	Zelar pelo direito de propriedade e posse, mediando conflitos agrários e fomentando uma cultura de paz.
O MPAC E OS DESAFIOS DAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2016	2	2	4	Conhecer as práticas e rotinas dos membros do MPAC, na fiscalização dos processos eleitorais.	Saber atuar com efetividade nas eleições eleitorais.	Respeitar a autonomia dos poderes e zelar pelo princípio democrático e de livre escolha do cidadão.
ATAÇÃO DO MPAC NO TRIBUNAL DO JURI	2	6	8	Conhecer aspectos relacionados à rotina no Tribunal do Júri; Conhecer casos complexos de defesa de vítima; Conhecer a relação do direito com outras ciências e áreas de conhecimento, a exemplo da filosofia, sociologia e antropologia, na dinâmica do júri.	Saber atuar em defesa da sociedade.	Agir na defesa da vítima e na promoção da justiça, da preservação da vida e da liberdade.
CONHECENDO AS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA	4	4	4	Conhecer a rotina de uma Promotoria de Justiça: equipes, processos, instrumentos e resultados.	Visitas institucionais.	Conduta pública e particular compatível com a dignidade do cargo.
SISTEMA DE COMUNICAÇÃO DO MPAC E MÍDIA TERAPIA	2	10	12	Conhecer o sistema de comunicação do MPAC.	Saber comunicar-se com o público interno e externo.	Atuar com rigor e ética e a transparência da informação, de acordo com os princípios do MPAC.
MPAC E AS AUDIÊNCIAS DE CUSTÓDIA	1	1	2	Conhecer a iniciativa local das audiências de custódia.	Saber atuar conforme as diretrizes operacionais das audiências de custódia.	Atuar em parceria, respeitando a harmonia entre os poderes e demais instituições.
21 DISCIPLINAS	123	65	188			7 disciplinas para Verificação de Aprendizagem



AULA MAGNA	Palestra - Papel e importância do Ministério Público no Séc XXI (cenário real e o protagonismo do MPAC)	2		2		
INSTRUMENTOS DE TRABALHO	Entrega do kit de trabalho e orientação	2		2		
ENCERRAMENTO	Solenidade de encerramento (FECHAMENTO DAS ATIVIDADES)	2	3	5		
		8	3	11	4%	
TOTAL		168	102	270	100%	75%

FASE II: VITALICIAMENTO

EIXOS	DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA (h)	COMPETÊNCIAS		
			Conceituais	Procedimentais	Atitudinais
ESTADO, SOCIEDADE, POLÍTICAS PÚBLICAS E O MPAC	Cursos, oficinas, <i>workshop</i> , vivências, palestras, seminários, reuniões temáticas, mini cursos e demais atividades educativas realizadas pelo Ceaf ou reconhecidas por ele.	90	Conhecer teoria e práticas relacionadas as funções do Estado, dinâmica da sociedade, execução de políticas públicas, como elementos fundamentais da atuação dos membros do MPAC.	Saber atuar com metodologias, métodos, técnicas e ferramentas modernas e resolutivas.	Saber atuar proativamente na defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses individuais indisponíveis.
ESTRUTURA, ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO MPAC			Conhecer teoria de práticas de estrutura, organização e funcionamento do MPAC.	Saber atuar com metodologias, métodos, técnicas e ferramentas modernas e resolutivas.	Saber atuar proativamente na defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses individuais indisponíveis.
ÉTICA E DEONTOLOGIA DO MPAC			Aprofundar conhecimentos sobre ética e comportamento humano no trabalho, centrados nos fundamentos morais do MPAC.	Saber atuar com metodologias, métodos, técnicas e ferramentas modernas e resolutivas.	Saber atuar proativamente na defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses individuais indisponíveis.
ATUAÇÃO FUNCIONAL DO MPAC			Conhecer experiências inovadoras da atuação ministerial.	Saber atuar com metodologias, métodos, técnicas e ferramentas modernas e resolutivas.	Saber atuar com metodologias, métodos, técnicas e ferramentas modernas e resolutivas.
TOTAL		90			25%
		360			

Rio Branco-AC, 31 de maio de 2016.

Oswaldo D´Albuquerque Lima Neto
Procurador-Geral de Justiça
Presidente do CSMPAC

Kátia Rejane de Araújo Rodrigues
Corregedora-Geral do MPAC

Giselle Mubarac Detoni
Procuradora de Justiça
Conselheira

Vanda Denir Milani Nogueira
Procuradora de Justiça
Conselheira